



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA DE CONFORMIDADE Nº 05/2017

OBJETO

Auditoria ordinária de conformidade nos controles exercidos por órgãos da Administração Municipal referente dispensa e inexigibilidade de licitação, compreendendo a etapa de execução, as fases da despesa: empenho, liquidação e pagamento.

ÁREA AUDITADA

Secretaria de SAÚDE – SEMUS

Raquel Ferreira Drummond de Aguiar
Controladora Geral do Município

Solange Cardoso Malta Nogueira
Subsecretária de Controle Interno e Auditoria

José Luiz Modolo
Gerente de Auditoria

Walquíria Oliveira Santos Perovano
Analista de Gestão Pública – Contadora

Wando Belffi da Costa
Analista de Gestão Pública – Contador

Vitória (ES), 27 de abril de 2017.



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA Nº 05/2017

I – INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral do Município de Vitória – CGM, de acordo com suas atribuições institucionais (Leis Municipais nº 6.529/2005 e 8.530/2013; Decretos Municipais nº 15.881/2014 e 16.561/2015), Portaria CGM nº 02/2016 que estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, para o exercício de 2016 e Autorização de Serviço de Auditoria – ASA nº 03/2016, realizou a auditoria ordinária de conformidade nos controles exercidos por órgãos da Administração Municipal referente dispensa e inexigibilidade de licitação, compreendendo a etapa de execução, as fases da despesa: empenho, liquidação e pagamento, conforme a orientação do Anexo II - Tabela 6, da Instrução Normativa nº 34/2015, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES.

II – OBJETIVO

- Examinar se os procedimentos legais e formais, referentes a contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação, seguintes aos pareceres da PGM e CGM, estão sendo observados;
- Avaliar se as despesas foram realizadas com a emissão de prévio empenho;
- Avaliar se foram observados os requisitos legais para a liquidação da despesa;
- Avaliar se o pagamento da despesa ocorreu após a regular liquidação.

III – ABRANGÊNCIA/AMOSTRAGEM

Contratação por dispensas previstas no inciso III e os seguintes do art. 24 e as situações de inexigibilidade referidas no art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993, realizada pelas Secretarias entre o período de 01/08/2015 a 31/10/2016.

Extraíu-se do Sistema de ContratosWeb as contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação realizadas pelas Secretarias Municipais entre o período de 01 de agosto de 2015 a 31 de outubro de 2016.

Deste universo de contratações selecionou-se como amostra para testes de auditoria as de maior valor, buscando contemplar todas as secretarias que realizaram contratações por



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

dispensas previstas no inciso III e seguintes do art. 24 e as situações de inexigibilidade referidas no art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Para a Secretaria de Saúde – SEMUS a amostra indicou as seguintes contratações:

CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

A) Processo administrativo nº 1371453/2016– Contrato nº 210/2016 - Valor: R\$ 1.625.332,69

Fornecedor: **LABORATÓRIO BAPTISTA DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA-EPP**

Início do contrato: 01/04/2016 - Término: 31/03/2017

Objeto: Prestação de serviços laboratoriais de diagnóstico em análises clínicas, compreendendo coleta e análise, em nível ambulatorial, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS.

B) Processo administrativo nº 2452506/2016 – Contrato nº 253/2016 - Valor R\$ 1.480.549,68

Fornecedor: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VITORIA**

Início do contrato: 20/05/2016 - Término: 19/05/2017

Objeto: Prestação de serviços de atendimento e/ou acompanhamento especializado à pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo e acompanhamento de crianças de 0 a 3 anos e 11 meses com alto risco para o desenvolvimento (bebês de risco), em nível ambulatorial, através de equipe multidisciplinar, visando atender aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do Município de Vitória, de acordo com as condições, especificações e quantitativos constantes no Contrato e seu Anexo.

C) Processo administrativo nº 5328179/2016 – Contrato nº 358/2016 - Valor R\$ 684.687,00

Fornecedor: **LAPAES - LABORATORIO DE PATOLOGIA DO ESPIRITO SANTO LTDA-ME**

Início do contrato: 16/09/2016 - Término: 15/09/2017

Objeto: Prestação de serviços laboratoriais de diagnóstico em anatomia patológica e citologia, em nível ambulatorial, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS.

D) Processo administrativo nº 5328179/2016 – Contrato nº 359/2016 - Valor R\$ 217.020,00

Fornecedor: **ORB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA-ME**

Início do contrato: 16/09/2016 - Término: 15/09/2017

Objeto: Prestação de serviços laboratoriais de diagnóstico em anatomia patológica e citologia, em nível ambulatorial, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

IV – METODOLOGIA E TÉCNICA

Entrevista, análise documental, exame dos registros, conferência de cálculos e correlação das informações obtidas.

V - PERÍODO DE EXECUÇÃO

03 de outubro de 2016 a 27 de abril de 2017.

VI – BASE LEGAL

Vide ANEXO I.

VII – DESENVOLVIMENTO

Aplicou-se teste de auditoria no procedimento de contratação de inexigibilidade de licitação no processo mencionado no item III deste relatório, compreendendo a etapa de execução, as fases da despesa, empenho, liquidação e pagamento, evidenciando-se:

1 – ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VITORIA - Processo administrativo nº 2452506/2016 – Contrato nº 253/2016 - Valor R\$ 1.480.549,68

1.1 – Fiscal cadastrada como gestora do contrato

Consta nos autos processuais nº 2452506/2016, às fls. 199, a cláusula oitava, que trata da fiscalização do contrato, onde se verificou a seguinte informação: “a execução deste contrato será fiscalizada pela servidora Ana Beatriz Traba, da SEMUS/GAS/CAE, ou por outro servidor especialmente designado [...]”. Ocorre que a servidora Ana Beatriz Traba, conforme consta às fls. 259, foi cadastrada no sistema de ContratoWeb como gestora, e não como fiscal.

Salienta-se que o Manual de Gestão de Contratos estabelece as atribuições separadamente do gestor e do fiscal para os procedimentos de acompanhamento e controle da execução do acordo pactuado.

Recomendação

Aperfeiçoar as rotinas de inserção de dados no sistema ContratosWeb do Município.



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

1.2 – Inconsistências apuradas na produção de atendimentos

Na prestação de contas, a APAE apresenta o relatório individualizado do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA, posteriormente a Gerência de Regulação, Controle e Avaliação, emite parecer concernente à assistência e à adequação do contrato previsto no plano de trabalho, avaliando os dados que foram processados pelo SIA. Ocorre que neste parecer foram identificadas glosas, que mais adiante foram aprovadas pelo fiscal do contrato, sem demonstrar nos autos os motivos da aprovação das referidas glosas.

Recomendação

Recomenda-se à secretaria que junte aos autos as justificativas e documentos que julgar necessários, para transparência dos atos do controle administrativo.

1.3 – Outras Disfunções identificadas

- a) Ausência de autenticações em certidões de regularidade nos autos processuais de pagamento nº 5974603/2016 e nº 6497153/2016. Consta no contrato às fls. 198v, do processo nº 2452506/2016, a seguinte informação: “7.5 – Os pagamentos ficam condicionados ainda à apresentação dos seguintes documentos, junto com as Notas Fiscais, em originais ou devidamente autenticados: [...]”.
- b) Ausência de comprovantes de recolhimento relativo ao mês anterior à fatura nos autos processuais de pagamento nºs 5974603/2016, 6497153/2016 e 6989383/2016, em desconformidade ao que determina a Portaria Conjunta nº 01/2007 CGM/PGM e Lei Municipal nº 4.194/1995.
- c) Ausência do *Check List* instituído pela Portaria Conjunta nº 001/2007 CGM/PGM, integralmente preenchido.
- d) Inconsistência no número do processo licitatório informado do FILP, fls. 161 do processo nº. 5974603/2016, fls. 200 do processo nº. 6497153/2016 e fls. 162 do processo nº. 6989383/2016.
- e) Inconsistência na numeração das páginas do processo nº 2452506/2016, a partir da fls. 225. De acordo com o Manual de Procedimentos para Manuseio de Processos



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

Administração, no item 2.2.4, não se deve encaminhar um processo sem antes revisar e ratificar que todos os anexos e páginas estejam devidamente numerados.

Recomendação:

Orienta-se que a Secretaria regularize no que couber, as disfunções identificadas, aperfeiçoando os procedimentos que integram a formalização de processos.

2. Demais processos analisados

Os processos relacionados nas letras "A", "C" e "D", do item III -- Abrangência/amostragem, deste relatório, foram examinados por esta auditoria e não apresentaram fragilidades relevantes.



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

VIII – CONCLUSÃO

O resultado desta auditoria, diante dos pontos elencados, demonstra a necessidade de aperfeiçoamento e modernização dos procedimentos legais e formais de contratação por inexigibilidade de licitação, observando-se os princípios da eficácia, eficiência e economicidade da Administração Pública, de modo a evitar possíveis questionamentos por órgãos de controles externo e social.

É oportuno frisar que a correção das eventuais inconsistências apontadas neste Relatório não deve se restringir às situações nele mencionadas, visto que foram identificadas mediante exame por amostragem, não se podendo descartar, portanto, a possibilidade de ocorrência de outras situações não detectadas.

O trabalho completo desta auditoria encontra-se arquivado na CGM, em pasta própria, contendo todos os dados utilizados na produção deste Relatório.

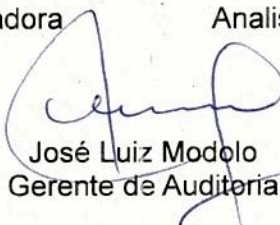
Vitória (ES), 27 de abril 2017.



Walquíria Oliveira Santos Perovano
Analista de Gestão Pública – Contadora



Wando Belfi da Costa
Analista de Gestão Pública – Contador



José Luiz Modolo
Gerente de Auditoria

Aprovado em 12 / 05 / 17


Solange Cardoso Malta Nogueira
Subsecretária de Controle Interno e Auditoria


Raquel Ferreira Drummond de Aguiar
Controladora Geral do Município



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

ANEXO I - BASE LEGAL

LEGISLAÇÃO FEDERAL

- Lei nº 4.320/1964 – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei nº 8.666/1993 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- Portaria Nº 548/2015 Secretaria do Tesouro Nacional - Dispõe sobre prazos - limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual,
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP,
- Manual de Controle Interno da Controladoria Geral da União – CGU.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- Lei Complementar nº 32/1993 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Lei Complementar nº 621/2012, vigente a partir de 08/06/2012 - Nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Resolução TCES Nº 261/2013 – Novo Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Resolução TC Nº 245/2012 – Dispõe sobre o Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas – GEO-OBRS ES e estabelece procedimentos e serviços de engenharia, executados pelas unidades estaduais e municipais e dá outras providências.
- Instrução Normativa TC Nº 034/2015 - Regulamenta a remessa ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, por meio da internet, dos dados da prestação de contas anual das entidades municipais da administração direta e indireta regidas pela Lei Federal nº. 4.320/64 e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- Lei Orgânica do Município de Vitória;
- Lei nº 5.983/2003 - Dispõe sobre a Desconcentração Administrativa do Poder Executivo Municipal de Vitória;
- Lei nº 6.529/2005 – Dispõe sobre a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Vitória - PMV;
- Decreto nº 7.533/1987 – Institui a Comissão de Administração Financeira e Orçamentária – COMAFO;
- Decreto nº 11.827/2003 – Regulamenta a Lei 5.983/2003 que dispõe sobre a Desconcentração Administrativa do Poder Executivo Municipal de Vitória;
- Decreto nº 15.680/2013 - Institui a Comissão Permanente de Informações de Obras e Serviços de Engenharia e dá outras providências.
- Portaria Conjunta nº 001/2007 CGM/PGM de 19 de Janeiro de 2007;
- Portaria SEMAD nº 146/2007 – Aprova o Manual de Procedimentos para Abertura, Tramitação e Manuseio de Processos Administrativos;
- Manual de Gestão de Contratos da PMV 3ª edição – Dezembro/2013;
- Norma de Procedimento SCO-NP 01, de 30/06/2012 - Empenho da Despesa;



**Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município**

- Norma de Procedimento SCO-NP 02, de 30/06/2012 - Liquidação e Pagamento de Despesa;
- Norma de Procedimento SCL-NP 04 – Aditamento de Contrato;
- Norma de Procedimento SCL-NP 06 -- Aquisição de bens e Serviços por Dispensa art. 24, inciso III, em diante e inexigibilidade (art.25) de Licitação;
- Norma de Procedimento SOP-NP 03 - Contratação de obras e serviços de engenharia Lei nº 8.666/93 - dispensa (art. 24, inciso iii, em diante) / inexigibilidade (art.25);
- Norma de Procedimento SOP-NP 02 - Aditamento contrato obras e serviço de engenharia.